

Recomposição de aposentadorias segue para a Câmara

O Senado está encaminhando à Câmara dos Deputados projeto que recompõe o valor das aposentadorias, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais no último dia 12. Vários senadores mantiveram-se em vigília até o início da madrugada de

hoje, porque terminava à meia-noite de ontem o prazo para apresentação de recurso com vistas ao exame da proposta pelo Plenário. A decisão do governo de não apresentar o recurso foi interpretada por alguns senadores como disposição para o diálogo. 4

Aprovada dedução de aluguel do Imposto de Renda

Projeto acolhido fixa teto de R\$ 15 mil para deduções anuais. 7

Partido de aluguel pode ter ação dificultada

Programa de um partido deve ser impedido de divulgar outra legenda. 3

Gilmar Mendes: troca-troca partidário aniquilava oposição

Antes da decisão do Supremo Tribunal Federal que confirmou a fidelidade partidária, o troca-troca partidário aniquilava por completo a oposição e comprometia a democracia no Brasil. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, durante

o ciclo de debates "O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo", promovido pelo Senado.

Gilmar Mendes garantiu que a corte suprema "não pretende usurpar competências do Congresso Nacional" e apenas preenche lacunas na legislação. 3



Casagrande (E), Garibaldi, Demostenes, Marcos Kohler e Mendes no seminário



Mais reajustes para servidores públicos

O Plenário do Senado aprovou ontem à noite projeto de lei de conversão (proveniente de medida provisória) que reestrutura 54 carreiras do Executivo e concede reajustes a servidores. Entre ativos e inativos, o total de beneficiados é de quase 380 mil. 4 e 5

Com as galerias ocupadas por servidores, o Plenário do Senado discute o relatório de Rosalba Ciarlini

PSDB pede explicação sobre caixa da Petrobras

Um empréstimo de R\$ 2,02 bilhões que a Petrobras contratou com a Caixa Econômica Federal levou o PSDB a cobrar explicações da estatal do petróleo. Segundo Tasso Jereissati, a operação revela dificuldade da Petrobras em obter recursos junto a bancos privados. 5

"Dívida pública não é mais ponto vulnerável"

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou ontem na Comissão Mista de Orçamento que a relação da dívida pública com o produto interno bruto (PIB) é a menor desde julho de 1998. 5



Meirelles (à esq., ao lado de Delcídio Amaral) presta contas das ações do governo contra a crise

Genaldino Magela

Leopoldo Silva

Presidente de CPI diz que lei sancionada "é uma vitória do Brasil, das crianças e das famílias". Próxima etapa, segundo ele, será a tipificação do crime no Código Penal

Malta comemora a sanção de projeto contra pedofilia

O PRESIDENTE DA Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), comemorou a sanção, pelo presidente Lula, na terça-feira, de projeto apresentado pela CPI para aprimorar o combate à produção, à venda e à distribuição de pornografia infantil. A proposta (PLS 250/08) também criminaliza a aquisição e a posse de material desse tipo e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

– O Senado demonstrou com esse projeto uma ação propositiva em favor da sociedade. É uma vitória do Brasil, das crianças e das famílias – afirmou.



Magno Malta participa de congresso internacional no Rio de Janeiro

O presidente da CPI disse que a próxima etapa será a criação do tipo penal para o crime de pedofilia no Código Penal brasileiro. Magno Malta está no Rio de Janeiro para participar

do 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, onde vai proferir palestra sobre os termos do acordo com o provedor Google para evitar a divulgação de material com pornografia infantil pelo site de relacionamento Orkut.

A lei estabelece que quem produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente estará sujeito a multa e a pena de reclusão de quatro a oito anos. A pena pode ser aumentada em um terço em diversas situações.



Hermes Figueiredo, José Janguê, Sérgio Zambiasi e Reynaldo Fernandes no debate sobre instrumentos de avaliação do MEC

Faculdades: ensino fundamental deve ser prioridade

Representantes de instituições privadas de ensino superior sugeriram que o Ministério da Educação (MEC) priorize o ensino fundamental. Eles participaram de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) que analisou os instrumentos de avaliação criados e utilizados pelo MEC, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e do Exame Nacional de Desempenho (Enade).

O presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), Hermes Figueiredo, afirmou que o MEC tem um foco excessivo no ensino superior,

"mascarando a falta de uma política nacional de educação para o ensino fundamental e para o médio". Ele também criticou os altos juros cobrados no financiamento estudantil (Fies).

O presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas Integradas (Abrafi), José Janguê Diniz, censurou o sistema de avaliação do MEC, que, segundo ele, "com base no resultado negativo de um único curso, pode condenar uma instituição reconhecida por vários cursos de excelência".

A vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), Carmem Luiza da Silva, elogiou o objetivo do Sinaes e do Enade,

mas criticou várias portarias do ministério que introduziram novos indicadores de avaliação.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do MEC, Reynaldo Fernandes, disse que "não há instrumento de avaliação perfeito", mas afirmou que o Enade, ao avaliar o aluno quando ingressa na universidade e quando está se formando, traz um bom indicador. Os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Romeu Tuma (PTB-SP) concordaram com a necessidade de melhorias nos ensinos fundamental e médio. A audiência foi requerida por Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Serys defende exame de proficiência para médicos



O alto índice de reprovação em exame do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que avaliou estudantes do sexto ano do curso, é preocupante, disse Serys Silhesarenko (PT-MT). A senadora defendeu a realização de exames de proficiência para obtenção de licença profissional por médicos e odontólogos – medida prevista em projeto de sua autoria (PLS 102/06). Serys registrou ainda que três mato-grossenses estão entre os 31 ganhadores do Prêmio Professores do Brasil.

Arns parabeniza vencedora de concurso de redação



– Faço novamente essa menção a Ana Clara para enfatizar o papel fundamental da educação para o desenvolvimento do país – disse.

O senador também saudou "os aposentados e pensionistas que percorrem o Congresso defendendo proposições do interesse da categoria".

Flávio Arns (PT-PR) saudou a estudante paranaense Ana Clara Ferreira, de 14 anos, vencedora do 1º Concurso de Redação do Senado – cujo tema foi "A Bandeira Nacional".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso faz homenagem às mulheres

Sessão solene do Congresso homenageia, às 10h, o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher – 25 de novembro. Às 14h a sessão é deliberativa. Três medidas provisórias trancam a pauta.

Garibaldi: evento na Paraíba

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participa, em João Pessoa, da abertura do Fórum de Integração do Legislativo promovido pelo Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. O objetivo do fórum é promover encontro nacional entre vereadores, prefeitos e vice-prefeitos eleitos este ano e orientá-los sobre a atuação como parlamentares e gestores públicos.

Frente faz seminário contra homofobia

A Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT realiza, às 8h30, na sala 19 da Ala Alexandre Costa, seu 5º seminário nacional, que irá discutir, entre outros temas, a criminalização da homofobia. Devem participar da reunião o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

Simpósio discute desafios em infra-estrutura

Energia, fontes renováveis e produção de etanol serão os temas debatidos no segundo dia do simpósio Desafios para um País Emergente: Infra-Estrutura e Logística no Brasil, com início às 9h30, no Auditó-

rio Petrônio Portela. O evento é uma iniciativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e contará com a presença, entre outros convidados, do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

CPI das ONGs tem reunião administrativa

A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs realiza reunião administrativa às 14h.

Pequenas empresas fumageiras

Às 9h, audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate a situação das pequenas empresas fumageiras e de seus trabalhadores. Foram convidados o presidente do Sinditabacors, Iro Schunke; o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, André Franco Montoro Filho; e José Antônio Schontag, da Fundação Getúlio Vargas.

Assistência judiciária e lavagem de dinheiro

O primeiro dos quatro itens em pauta na Comissão de Relações Exteriores (CRE) – que se reúne às 10h – é o projeto que regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Revisão do Regimento Interno

Para discutir propostas para revisão do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão Temporária Interna se reúne às 14h30.

CMO ouve Arno Hugo Augustin em audiência pública

Às 10h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouve o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin, sobre o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2008, conforme requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comissão vota indicações para o TCU

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne às 10h para escolher, em votação secreta, a indicação de José Jorge de Vasconcelos Lima (ex-senador) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); e às 11h, também em votação secreta, a indicação do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) para o mesmo cargo.

Proposta contra overbooking em pauta

Projeto que autoriza a exploração de cassinos em hotéis da região amazônica e do Pantanal está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que se reúne às 10h30. O colegiado analisa ainda quatro projetos – que tramitam em conjunto – sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave (*overbooking*).

Senadores participam de fórum de integração legislativa na PB

Efraim Morais diz que fórum reunirá vereadores e prefeitos eleitos este ano

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o 1º secretário da Casa, Efraim Morais (DEM-PB), participam hoje, em João Pessoa, da abertura do Fórum de Integração do Legislativo, realizado pelo Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. O objetivo do evento é promover um encontro nacional entre vereadores, prefeitos e vice-prefeitos eleitos este ano e orientá-los sobre a atuação como parlamentares e gestores públicos.

Durante o fórum, os participantes receberão livros e guias sobre o processo legislativo, além de manuais para elaboração de normas legislativas, orçamento municipal, diretrizes de sustentabilidade, gestão de contratos e acessibilidade, entre outros.

São palestrantes no encontro Fernando Rodrigues Catão, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; o advogado-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho; o professor do Instituto Legislativo

Brasileiro (ILB) Luís Fernando Pires Machado; o consultor do Senado Antônio José Barbosa; e o diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, Fábio Gondim.

O fórum, que será transmitido em videoconferência para todas as assembleias legislativas do país e pelo Portal Interlegis (www.interlegis.gov.br), tem o apoio da Assembleia Legislativa da Paraíba e da Câmara Municipal de João Pessoa.



Foto de José Cruz



Pedro Simon discursa na presença de Garibaldi, senadores e convidados

Reflexões: Simon lança uma coletânea de artigos e discursos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lançou, em sessão de autógrafos realizada na tarde de ontem, no Salão Nobre do Senado Federal, o livro *Reflexões para o Brasil do século 21*, uma coletânea de artigos e discursos realizados ao longo de sua trajetória política.

Após ser saudado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, e pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Simon explicou que a publicação reúne “crônicas singelas que representam uma idéia que permanece” após uma longa trajetória política: a crença no povo brasileiro.

– Eu ainda acho que a sociedade tem que se organizar na família e na Igreja, por exemplo; e que nós temos que nos

organizar na busca do grande entendimento da sociedade brasileira. Eu creio que o povo brasileiro é um povo fantástico – sintetizou o senador.

Pedro Simon aproveitou a presença da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, para cumprimentá-la pela sua atuação junto à Assembleia Legislativa do estado.

Constituições

Também foi lançado ontem, no Senado, o livro *As constituições dos países de língua portuguesa comentadas*, organizado por Walter Costa Porto, Thelmer Mario Mantovanini e Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Costa Porto, que foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral, autografou a obra na Biblioteca do Senado.

Senado e Supremo aderem a rede internacional de textos jurídicos

Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, assinaram ontem acordo de cooperação técnica para que o Brasil participe do Global Legal Information Network (Rede GLIN), da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. O projeto consiste na disponibilização, em rede, de textos legais e jurisprudência de 52 países e organizações internacionais, acompanhados de resumos em inglês.

A rede é uma importante fonte de Direito Comparado, especialmente para as comunidades jurídica e acadêmica, pois viabiliza o conhecimento da legislação e de julgamentos sobre os mesmos assuntos em diferentes países. Pelo acordo, caberá à Consultoria Legislativa do Senado gerir a participação do Brasil na rede.

Após a assinatura do acordo, Garibaldi Alves instituiu comissão permanente encarregada

de gerir a estação GLIN-Brasil, a qual terá a incumbência de trabalhar com o STF e selecionar a legislação a ser incluída, além de providenciar as ementas, revisar a tradução do material para o inglês e representar o país nas reuniões anuais dessa base de dados.

Durante a assinatura do acordo, o presidente do Supremo disse que o compartilhamento de informações não poderia ocorrer num momento mais promissor. Ele lembrou que a Biblioteca do Congresso americano tem a maior coleção jurídica do mundo, e as decisões da corte constitucional brasileira, ressaltou, despertam hoje interesse em todo o planeta.

Gilmar Mendes afirmou ainda que a área acadêmica tem cobrado uma maior visibilidade internacional do STF. De acordo com o ministro, a parceria deve intensificar o diálogo que é quase compulsório entre o Judiciário e o Legislativo.

Projeto dificulta atuação de partidos de aluguel

Comissão de Ciência e Tecnologia acolhe proposta de Sérgio Guerra que proíbe a divulgação, em programas gratuitos, de propaganda em benefício de outros partidos

OS PARTIDOS POLÍTICOS serão proibidos de divulgar, em seus programas gratuitos no rádio e na televisão, propaganda “em benefício de filiados a outros partidos ou em proveito destes”. A medida consta do Projeto de Lei do Senado 576/07, de autoria do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta será ainda analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o autor, a iniciativa destina-se a impedir a atuação das chamadas “legendas de aluguel”, que muitas vezes divulgam, no semestre anterior



Projeto de Sérgio Guerra restitui tempo maior de propaganda

às eleições, um futuro candidato pertencente a outro partido. O projeto, que teve como relator *ad hoc* Eduardo Azeredo (PSDB-MG), restitui ainda a distribuição do tempo de propaganda política existente até 2005, antes da publicação, pelo Tribunal

Superior Eleitoral (TSE), de alterações à Resolução 20.034/97. Essas modificações reduziram de 20 para dez minutos, por semestre, o tempo dos programas dos grandes partidos.

Abastecimento

A Comissão de Ciência e Tecnologia também aprovou o Projeto de Lei 51/08, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que institui a política nacional de abastecimento. Crivella afirmou que ela tem como objetivo “preencher lacunas” da política de abastecimento do governo.

Foram ainda acolhidos, em decisão terminativa, nove projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio.

“STF não quer usurpar competências do Congresso”

O ministro Gilmar Mendes afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF), do qual é presidente, “não pretende usurpar competências do Congresso Nacional”. Ele reconheceu que há preocupações entre os parlamentares sobre “o que seria uma atividade normativa do Supremo”, mas argumentou que a corte vem atuando para complementar lacunas da legislação.

Gilmar Mendes fez as declarações durante o debate “O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo”, promovido pelo Senado, do qual também participou o presidente da Casa, Garibaldi Alves.

Sobre as lacunas a serem complementadas, o ministro declarou que “a Constituição de 1988 conferiu ao Supremo a missão de resolver questões de omissão constitucional”, como o direito de greve dos servidores públicos. Ele sugeriu que a Câmara dos Deputados,



Gilmar Mendes (E) e Garibaldi Alves no debate sobre o Poder Legislativo

o Senado e o Supremo Tribunal Federal realizem estudos sobre omissões inconstitucionais.

Ao lembrar a decisão da corte, tomada no ano passado, que confirmou a regra da fidelidade partidária, Gilmar Mendes declarou que “o troca-troca partidário representava a capacidade de se aniquilar por completo a oposição”.

– O que se via era que, entre a diplomacia e a posse [dos parlamentares], já havia trocas, em um processo de cooptação totalmente heterodoxo – disse.

O senador Demostenes Torres

(DEM-GO) concordou com o presidente do Supremo, afirmando que, sem a fidelidade partidária, “os partidos de oposição iriam virar sorvete”.

Renato Casagrande (PSB-ES) disse também concordar com as recentes decisões do STF, mas ressaltou que “quem tem o poder originário de representar a população é o Congresso Nacional”. Casagrande admitiu que “a falta de agenda do Congresso legitima a ação dos outros Poderes”. Opinião semelhante foi manifestada por Demostenes Torres.

Especialistas discutem uso de medidas provisórias

O presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Fabiano Santos, apresentou no ciclo de debates “O Poder Legislativo no Mundo Contemporâneo” um diagnóstico dos Poderes no Brasil, em que constata uma alta concentração de instrumentos nas mãos do Executivo, principalmente pela aplicação de decretos (medidas

provisórias), uso do instituto do regime de urgência, a atuação dos ministérios e outros órgãos específicos, e por responder pelas chamadas questões orçamentárias.

Em seguida, Ricardo Rodrigues, consultor-geral legislativo da Câmara dos Deputados, comparou a aplicação das medidas provisórias no Brasil ao sistema

americano de *executive orders* (ordens do Executivo). Rodrigues ressaltou a existência de recursos semelhantes em várias nações do mundo e classificou o modelo americano como “o primo mais próximo das medidas provisórias”. Ele defendeu a aplicação do recurso para instituir políticas públicas importantes e de interesse social.

TV Senado vai receber prêmio de associação da PF

Matéria produzida pela TV Senado sobre as dificuldades no combate à lavagem de dinheiro será premiada pela Associação de Peritos Criminais da Polícia Federal em cerimônia marcada para dezembro. Realizada pela repórter Sheyla Assunção para o programa *Diplomacia*, a matéria

foi ao ar em maio. A reportagem aproveitou a realização do Seminário Internacional de Crimes Financeiros e ouviu peritos criminais brasileiros, chilenos, australianos e americanos. Também falaram os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Demostenes Torres (DEM-GO).

Jane Arrigo



Missa de ação de graças pelos 45 anos da Gráfica

A Secretaria Especial de Editoração e Publicação (Seep) comemorou ontem, com uma missa de ação de graças, 45 anos de atividade. A missa contou com a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), do diretor-geral,

Agaciel da Silva Maia, e de diretores da Seep e de outros órgãos da Casa. Após a missa, foi inaugurada exposição com desenhos infantis e prestada homenagem ao ex-diretor-adjunto e chefe de manutenção, Manoel Carlos Carvalho, que faleceu no dia 28 de setembro.

Vai à Câmara recomposição de aposentadorias

Segue para a Câmara dos Deputados projeto que recompõe o valor das aposentadorias, aprovado terminantemente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no dia 12. Liderados por Paulo Paim (PT-RS), vários senadores mantiveram-se em vigília até o início da madrugada de hoje. Como não foi apresentado recurso para exame da proposta em Plenário dentro do prazo legal – que venceu à meia-noite de ontem –, Paim anunciou o envio do PLS 58/03 à Câmara.



Gerardo Magalhães



Gerardo Magalhães

Paim (foto ao alto) comemora adesões ao movimento, enquanto Mário Couto propõe CPI para a Previdência

O senador comemorou as adesões ao movimento liderado por ele para que sejam aprovados três projetos que beneficiam os aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Paim relatou a presença em Plenário de integrantes de entidades representativas dos aposentados de todo o país. No município de Catanduvas (SP), os aposentados decidiram promover uma vigília até a manhã de hoje com apoio de vereadores locais.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) avaliou que o fato de a liderança do governo não haver apresentado recurso para exame da proposta em Plenário sinaliza que o Executivo está disposto a negociar. Flávio Arns (PT-PR) disse que reajustar os benefícios dos apo-

sentados apenas de acordo com a inflação não é suficiente, já que os reajustes dos planos de saúde, dos medicamentos e de outros produtos e serviços de que os idosos mais necessitam costumam ser maiores que a inflação.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que os recursos que o governo perder com a extinção do fator previdenciário vão circular na economia e acabarão retornando para as contas públicas.

CPI da Previdência

Em pronunciamento no Plenário, Mário Couto (PSDB-PA) sugeriu a criação de uma CPI para investigar as contas da Previdência Social. Segundo ele, se houver um rombo nas contas da Previdência, a causa disso seriam os saques feitos pelo governo e as dívidas de empresas que não retribuem o que é devido.

– Só assim vamos esclarecer à Nação quem é que causou o maior rombo na Previdência – disse Mário Couto, que também participou da vigília.

MP das Filantrópicas: Senado e Câmara buscam solução

Garibaldi Alves e Arlindo Chinaglia debatem saída para equacionar decisão do presidente do Senado de devolver medida provisória ao Executivo

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, encontrou-se ontem reservadamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, para tratar da Medida Provisória (MP) 446/08, conhecida como MP das Filantrópicas. A MP foi devolvida por Garibaldi ao Poder Executivo no último dia 19.

Os presidentes das duas Casas legislativas conversaram por 20 minutos. Em entrevista à saída de seu gabinete, Garibaldi afirmou que haverá novas reuniões para tratar do assunto.

– O presidente da Câmara quer a melhor solução. Ele não participou do ato de devolução. Não deu tempo nem de ele ser consultado por mim, porque eu tive de tomar uma decisão de uma hora para outra. Veja bem: ele precisa agora ver os desdo-

bramentos junto à Câmara. Ele não está querendo, de maneira nenhuma, desprestigiar meu ato, minha decisão, mas é preciso que se veja tudo com cuidado – afirmou Garibaldi.

O presidente disse que foi a segunda vez na história que isso aconteceu, sendo que a primeira ocorreu há quase 20 anos. E enfatizou que nenhuma jurisprudência foi firmada em relação a esse tema.

PEC das MPs

Solicitado pelo presidente da Câmara a fazer o Senado votar logo a proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda o rito de tramitação das medidas provisórias, Garibaldi também respondeu que está pronto para acelerar essa deliberação na Casa.

Maciel anuncia interesse de Jucá em negociar

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), comunicou ontem aos integrantes do colegiado que recebeu solicitação do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para que adie a designação de relator do recurso contra a decisão do presidente do Senado, Garibaldi Alves, de devolver ao governo a chamada MP das Filantrópicas. Jucá busca entendimento sobre a medida, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Servidor com doença grave pode ter isenção

Ficarão isentos do Imposto de Renda a remuneração, o soldo e a gratificação recebidos por servidores públicos efetivos e por militares portadores de doenças relacionadas no inciso XIV do artigo 6º da Lei 7.713/88, como câncer, cardiopatia grave, alienação

mental, Aids, tuberculose ativa, esclerose múltipla, doença de Parkinson, paralisia irreversível e cegueira. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar substitutivo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto de lei (PLS

477/07) de Epitácio Cafeteira (PTB-MA). Segundo a proposta, a isenção – no caso de acidente em serviço ou moléstia profissional – será concedida somente enquanto perdurar a incapacidade temporária para o trabalho.



Eduardo Azeredo (ao centro, entre Inácio Arruda e Flávio Arns) é relator da proposta aprovada ontem pela CAS

Comissão faz minuto de silêncio pelas vítimas das chuvas em Santa Catarina

Por solicitação do senador Neuto de Conto (PMDB-SC), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fez um minuto de silêncio em solidariedade às vítimas das chuvas que atingem Santa Catarina. A manifestação foi feita antes da audiência pública promovida ontem pela CRA sobre os

avanços da agricultura orgânica no Brasil.

O senador lamentou as mais de 80 mortes registradas até aquele momento no estado, manifestando ainda preocupação com os desabrigados, que já chegavam a 56 mil, e com a população afetada pelas chuvas.

MPs bem utilizadas são legítimas, diz Mão Santa



Mão Santa

“A medida provisória, se bem utilizada, é um instrumento legítimo e eficaz”, disse Mão Santa (PMDB-PI), ao defender a edição de uma MP para socorrer as vítimas das chuvas em Santa Catarina – o que acabou sendo feito pelo presidente Lula ontem, pouco depois do discurso do senador. Mão Santa lembrou que em 1995, quando governava o Piauí, o estado foi castigado por uma enchente, e o então presidente Fernando Henrique Cardoso editou uma MP destinando recursos para socorro.

Imprensa julga governador da Paraíba, diz Cícero

O governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, está sendo vítima de um julgamento parcial pela imprensa, afirmou Cícero Lucena (PSDB-PB). No dia 20, Cunha Lima teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral sob a acusação de compra de votos. O governador recorreu da decisão ao Supremo Tribunal Federal.

O senador disse que Cunha Lima e o

vice-governador, José Lacerda Neto, vêm fazendo uma administração responsável, com a valorização dos servidores estaduais e a participação ativa dos sindicatos locais, sem comprometer as finanças do governo.

Em apertes, Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Mário Couto (PSDB-PA) e Efraim Morais (DEM-PB) expressaram solidariedade a Cunha Lima.

Virgílio e Agripino são reconduzidos à liderança

Os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) anunciaram em Plenário no final da tarde de ontem a recondução dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (DEM-RN) à liderança, respectivamente, do PSDB e do Democratas

(DEM). Vários senadores saudaram da tribuna os dois parlamentares oposicionistas pela recondução e a consideraram natural. Arthur Virgílio agradeceu a todos, especialmente a seus colegas de bancada na Casa, pela confiança que nele depositaram.



Companhado por Delcídio Amaral, Henrique Meirelles (E) cita previsão de crescimento de 3% para o Brasil no próximo ano

Meirelles traça cenário otimista para a economia

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, traçou um cenário otimista para a evolução da economia brasileira.

Ao apresentar uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial executadas pelo BC, Meirelles apontou a redução da dívida líquida do setor público em relação ao produto interno bruto (PIB) – passando

de 56% em 2002 para 36,6% em outubro – como um dos principais indicadores do vigor da economia brasileira.

– Em novembro, a estimativa é de que [a dívida do setor público] atinja 35,7% do PIB. É o menor número desde julho de 98. Isso significa algo de maior importância porque no passado a dívida pública, em momento de crise, era uma fonte de vulnerabilidade – disse.

Meirelles citou dados, con-

Fundo Monetário Internacional (FMI) que prevêem para o Brasil crescimento de 3% em 2009, superior ao calculado para os Estados Unidos, Reino Unido, Japão e países da zona do euro.

Sobre as medidas contra a crise financeira, Henrique Meirelles afastou a possibilidade de se implementarem, no país, ações similares a adotadas nos Estados Unidos e China. Os problemas do Brasil, afirmou, são apenas de falta de liquidez e de financiamentos para exportações.

Jereissati e Virgílio querem explicações sobre empréstimo

Conforme os senadores, problemas de caixa teriam levado a Petrobras a tomar emprestados R\$ 2,02 bilhões. Gabrielli disse a Casagrande que operação é normal

OS SENADORES DO PSDB Tasso Jereissati (CE) e Arthur Virgílio (AM) apresentaram em Plenário, por volta das 21h30 de ontem, requerimento solicitando a presença do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para explicar suspeitas de que a empresa está enfrentando “sérios problemas de caixa”.

O requerimento foi lido por Virgílio, líder do partido. A proposta é que também seja convidada a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho.

Segundo o senador cearense, a “asfixia financeira” da companhia estaria comprovada por empréstimo no valor de R\$ 2,02 bilhões, contraído na Caixa em 31 de outubro, com prazo de 180 dias e juros equivalentes aos de operações de curtíssimo prazo no mercado financeiro.

– Essa operação não é corriqueira, não é típica da Caixa, que tem de cuidar de saneamento e habitação, e mostra que a Petrobras não está conseguindo se financiar no mercado bancário privado – observou Jereissati em conversa com jornalistas.

O senador governista Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou ter recebido do presidente da Petrobras explicações sobre o empréstimo. A operação, disse Gabrielli, é “normal”, mas está sendo realizada no Brasil em razão da pouca oferta de crédito no mercado externo. A Petrobras também pegou empréstimos para capital de giro no Banco do Brasil e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O líder do PSDB, no entanto, manteve a opinião de que a operação é um tipo de socorro irregular.

Valadares quer fiscalização do fluxo de capitais

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defende mudanças nos organismos financeiros multilaterais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, como forma de aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização do fluxo de capital em todo o mundo.

O senador destacou que o FMI foi fundado no final da 2ª Guerra Mundial para ser uma espécie de guardião da economia mundial. No entanto, segundo Valadares, o que mais chama a atenção nos dias de hoje é que o banco não chegou a prever a violenta crise internacional.

Osmar comemora acordo sobre projeto

O líder do PDT, Osmar Dias (PR), comemorou o acordo firmado entre os líderes partidários para que seja votado em Plenário o projeto que tira da informalidade pequenos empreendedores, ou “micro-empresários individuais”. Serão beneficiados pela

proposta (PLC 128/08) carpinteiros, pedreiros e outros profissionais que prestam serviços. Osmar explicou que os microempresários individuais poderão contribuir para a Previdência Social, tendo o direito de usufruir dos consequentes benefícios.



Osmar Dias

Mozarildo elogia PM de Roraima

Os 33 anos de existência da Polícia Militar de Roraima foram lembrados por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A corporação dispõe em seu quadro de 1.627 militares, número considerado insuficiente pelo senador.

Entre os projetos execu-

dos pela PM do estado, está o Projeto Rede de Apoio de Proteção aos Bairros da Capital e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).

– No ponto mais setentrional do país, temos uma polícia militar treinada – disse.



Mozarildo Cavalcanti

Papaléo: PSDB tem gestões exemplares

Papaléo Paes (PSDB-AP) registrou “o bom trabalho que os administradores estaduais e municipais de seu partido estão fazendo em todo o país”.

As gestões do PSDB, segundo o senador, são “modelos de boa prática administrativa e gerencial, contabilmente

responsáveis e com contas públicas transparentes, sem se descuidar da área social e do bem-estar da população”.

– Temos governadores e prefeitos que realmente mostram o que o PSDB quer para continuar a dar rumo a esse país – afirmou Papaléo.



Papaléo Paes

Mercadante: país deve eleger prioridades

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse ontem que o Brasil precisa adotar uma agenda estratégica imediata como forma de enfrentar os efeitos da crise financeira internacional, que ele classificou como a mais profunda vivida por sua geração. A seu ver, a crise é mais séria que a de 1929.

Para Mercadante, o Brasil dispõe de bons fundamentos macroeconômicos, mas terá de superar o desafio de preservar a produção, o crescimento e o emprego diante do quadro de recessão que já se instalou na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia.

– O Brasil precisa eleger prioridades. A vida do povo não vai melhorar com recessão e desemprego. Não temos melhorias nos salários quando não há emprego. Não há como valorizar o salário mínimo ou o programa Bolsa Família se o país não cresce e não produz. Precisamos reduzir as despesas correntes, aumentar a eficiência, priorizar os investimentos.

Bric

Mercadante disse que os países do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), embora não escapem dos efeitos da crise, estariam mais bem posicionados para enfrentar a desaceleração da economia e a forte contração do crédito internacional, ao contrário de outros países de economia aberta.

Entre os instrumentos para enfrentar a crise, Mercadante lembrou que o Brasil poderá ter acesso a um fundo de US\$ 30 bilhões do Tesouro americano. Destacou ainda que o sistema financeiro local não sofre a ameaça de insolvência, como ocorre nos Estados Unidos e na Ásia.



Gerardo Magela

Para Mercadante, crise atual é mais grave que a de 1929

Comissão de Infra-Estrutura discute logística para o Brasil em uma perspectiva de médio e longo prazo. Garibaldi afirma que o país não deve se encolher diante da crise internacional



Jane Araújo

Marconi (D) preside simpósio, ao lado de Garibaldi Alves, Arlindo Chinaglia, vice-almirante Leal Ferreira e Oton Nascimento

Infra-estrutura é questão de Estado, ressalta Marconi

DURANTE A CERIMÔNIA de abertura do I Simpósio Desafios para um País Emergente: Infra-Estrutura e Logística no Brasil, o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou ontem que o evento representa uma oportunidade única para discutir e analisar o Brasil em uma perspectiva de médio e longo prazo.

Marconi lembrou que o objetivo do encontro, que prossegue hoje, é propiciar debates e questionamentos capazes de permitir o estabelecimento de diretrizes para a infra-estrutura, “que deve

ser tratada no país não como questão de governo, mas como questão de Estado”.

– Entendemos que, ou começamos a ver o Brasil para além das convicções políticas e partidárias e traçamos planos de longo prazo para cenários daqui a 50 anos, ou estaremos condenados ao exercício permanente de correr atrás do prejuízo, como a falta de infra-estrutura, que é efeito da falta de planejamento estratégico – analisou o senador.

No primeiro dia, o evento, que é uma iniciativa da CI, abordou os temas Saneamento Básico, Licenciamento Ambiental e Hidrovia e

Transporte e Logística. Hoje, serão debatidos os assuntos Energia, Fontes Renováveis e Etanol, Gestão Pública, Orçamento e Investimentos Públicos e Privados, Marcos Regulatórios e Infra-Estrutura Aeroviária e Telecomunicações e Desenvolvimento Tecnológico.

Os debates deverão contar com a presença de autoridades do setor público e representantes da iniciativa privada. Entre os convidados, estão os ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento; de Minas e Energia, Edison Lobão; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; e das Comunicações, Hélio Costa.

Garibaldi pede aprofundamento de debates

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, lembrou, na manhã de ontem, que o mundo enfrenta uma grave crise econômica, mas observou que o Brasil não deve encolher-se diante desse desafio, e sim preparar-se para, quando o horizonte clarear, aproveitar a nova fase de bonança. Ele pediu que o Legislativo aprofunde o debate sobre o que fazer para melhorar a infra-estrutura e o planejamento do país.

Garibaldi fez essas recomendações ao participar da abertura do I Simpósio Desafios para um País Emergente: Infra-Estrutura e Logística no Brasil, realizado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Ele lembrou que a preocupação com marcos regulatórios que propiciem um ambiente econômico saudável

para o crescimento do país sempre esteve presente no Senado.

– O mundo está enfrentando uma séria crise econômica, o que significa que devemos aprofundar mais do que nunca essa discussão. Diante da crise, não podemos nos encolher, mas temos que procurar enfrentá-la, pensando no que podemos fazer, no que devemos fazer agora, porque, quando o horizonte econômico novamente clarear, será possível aproveitar melhor a nova fase de bonança que inevitavelmente seguir-se-á ao momento atual.

Chinaglia

Também presente ao simpósio, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, disse que um dos entraves ao crescimento nacional está exatamente

na carência de infra-estrutura, decorrente de poucos investimentos feitos nas últimas décadas, circunstância que foi determinante para o quadro hoje enfrentado pelo país.

Chinaglia observou, contudo, que o setor de energia vem avançando. Ele deu como exemplo as descobertas feitas pela Petrobras na camada pré-sal, dizendo que isso abriu novos horizontes para o país. Também afirmou que, com a queda do preço do barril, os estudos referentes ao pré-sal já estão sendo refeitos para compatibilizar os investimentos com o retorno do dinheiro aplicado. E anunciou:

– Mas o fato é que o Brasil poderá transformar-se, nos próximos dez anos, num país exportador de petróleo.

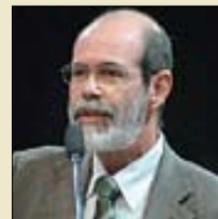


Gerardo Magela

Dornelles critica decisão sobre Galeão

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou ontem a decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de restringir a demanda de vôos nacionais no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, para dividi-la com o Aeroporto Santos Dumont.

Na avaliação do senador, a decisão segue na contramão da estratégia de atração de vôos do exterior para o Galeão. Dornelles disse ainda que a diretora-presidente da Anac, Solange Paiva Vieira, é “incompetente e pretensiosa”.



Gerardo Magela

“O governo trata o Acre com desdém”

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou o governo por não liberar as emendas de sua autoria ao Orçamento da União para municípios acreanos. O senador afirmou que suas emendas “são boicotadas há anos” devido à sua postura independente perante a base governista, da qual o PMDB faz parte.

Mesquita Júnior disse que suas emendas em 2008 somaram R\$ 8 milhões.

– Este governo continua tratando o povo acreano com desdém – acusou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Efraim Moraes • Antônio Carlos Valadares • Alvaro Dias • César Borges • Paulo Paim

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto de Expedito Júnior beneficia pessoa física estabelecendo teto de R\$ 15 mil, restrito a imóvel residencial ocupado pelo próprio contribuinte

Acolhida emenda a PEC que cria fundo para segurança pública

Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi aprovada ontem emenda do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) à proposta de Renan Calheiros (PMDB-AL) que estabelece percentuais mínimos de recursos para a segurança pública.

A medida determina que União, estados, Distrito Federal e municípios criem um fundo de segurança pública, cujos recursos serão constituídos por 5% das receitas dos impostos federais e por 9% dos impostos estaduais e municipais.

Na proposta original (PEC 60/05), Renan argumentava que os recursos destinados a ações ou órgãos de segurança não poderiam ser submetidos a limitações de empenho e movimentação financeira ou desvinculação. A emenda de Marconi manteve essas vedações, mas acrescentou os percentuais mínimos de gastos e propôs, ainda, a criação do fundo para integralizar as receitas.

Proteção

Na CCJ, o relator da emenda, Demostenes Torres (DEM-GO), justificou que, abrigados em um fundo, as verbas estariam mais protegidas contra limitações de empenho e de movimentação financeira, bem como de ações para a desvinculação de seus recursos. De acordo com o senador, a proposta do fundo é coerente com os propósitos da PEC, que é o de assegurar investimentos e a continuidade das aplicações no setor de segurança.

Agora, com o parecer da CCJ, a emenda voltará a exame em Plenário. Para defender a vin-



Renan é autor de proposta que veda desvinculação de recursos para a área

culação de recursos para a área de segurança pública, Renan, ao apresentar a PEC, salientou que o dinheiro seria destinado ao treinamento e equipamento das polícias civis, Federal e Rodoviária Federal, além de equipes do Corpo de Bombeiros.

As verbas poderiam ainda ser destinadas aos fundos nacionais de Segurança e Penitenciário, para reforma de presídios, garantia de policiamento nas ruas, investimento em inteligência, capacitação profissional de policiais e agentes penitenciários e melhoria de suas remunerações, além da reeducação de menores infratores.

Aposentados

Na reunião, a CCJ também debateu a Proposta de Emenda à Constituição 36/07, do senador Paulo Paim (PT-RS), que estende o direito de paridade com os reajustes dos servidores ativos às pensões deixadas por servidores que se aposentaram depois da edição da Emenda Constitucional 41 – editada em 13 de dezembro de 2003.

A decisão foi adiada por pedido de vista coletivo encabeçado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Voz do Brasil poderá ter horário flexibilizado na Rádio Senado

Quando as rádios do Senado e da Câmara dos Deputados estiverem cobrindo atividades dos plenários e comissões, as transmissões não serão interrompidas para a veiculação do programa *Voz do Brasil*. É o que determina projeto do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) aprovado ontem pela Comissão de Justiça na forma do substitutivo do relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta (PLS 353/07) estabelece que, com o término das sessões das duas casas legislativas, a *Voz do Brasil* seja veiculada de forma integral, independentemente do horário. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) em decisão terminativa.

Originalmente, o projeto só tratava de salvaguardar a continuidade das transmissões da Rádio Senado. A inclusão da Rádio Câmara foi feita pelo relator. Para ele, a proposta não traz prejuízos para o ouvinte e demais Poderes da República,



No substitutivo ao projeto de Cícero Lucena, a Rádio Câmara foi incluída

ao tempo em que assegura o devido espaço para a programação das emissoras das duas casas legislativas, produzida “com alto grau de transparência”.

Dispositivo do Código Brasileiro de Comunicação determina a veiculação compulsória do programa por todas as emissoras de radiodifusão sonora do país. As transmissões ocorrem nos dias úteis, por uma hora, a partir das 19h. Votaram contra o projeto os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Romero Jucá (PMDB-RR).

CCJ aprova a dedução de aluguel no Imposto de Renda

AS DESPESAS COM aluguel de imóvel residencial poderão ser deduzidas da declaração anual de ajuste do Imposto de Renda. Medida nesse sentido, aplicável apenas em benefício de pessoas físicas, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PLS 317/08), de autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO), recebeu emenda que estabelece um teto de R\$ 15 mil anuais para as deduções com aluguel, restrito a um único imóvel residencial, ocupado pelo próprio contribuinte.

Para o senador César Borges (PR-BA), autor da modificação e do relatório, a inexistência de um limite de dedução poderia beneficiar os contribuintes de renda mais alta, “possibilitando que menos imposto fosse pago quanto maior fosse a despesa com aluguel”. No texto da

emenda, ele também justificou como essencial que o benefício ficasse restrito a um único imóvel, utilizado como moradia da família, para evitar a inclusão de deduções com casas de veraneio.

O relator *ad hoc* da matéria, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), disse que a alteração proposta por César Borges assegurou a desejável “progressividade” ao projeto – beneficiando quem tem menos capacidade de arcar com os tributos. Agora, a proposta vai a exame das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), nesta última em decisão terminativa.

Na justificativa do projeto,



Expedito Júnior lembra que a moradia é um direito social assegurado pela Constituição

Expedito Júnior destaca que a moradia é um direito social assegurado pela Constituição “sistematicamente negligenciado pelo poder público”. A dedução no Imposto de Renda de despesas com aluguel de imóvel residencial, como argumenta, contribuirá para o cumprimento desse princípio constitucional.

Nova regra para regionalização dos recursos do Orçamento

Os critérios a serem adotados na regionalização das despesas previstas no Orçamento da União e dos investimentos das empresas estatais devem levar em conta, além do fator populacional, já previsto, a renda *per capita*, a expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil e o grau de educação das populações. Proposta de emenda à Constituição com esse objetivo (PEC 71/05), encabeçada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi aprovada ontem pela CCJ.

O texto determina que uma lei complementar deverá definir a operacionalização dos critérios

propostos. A matéria, relatada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), prevê que os parâmetros de regionalização deverão vigorar até que a renda *per capita* de cada uma das regiões alcance 80% da renda nacional. A proposição irá a exame final em Plenário.

A PEC modifica o parágrafo 7º do artigo 165 da Constituição, onde são fixadas as funções dos orçamentos nacionais, entre as quais a de reduzir as desigualdades regionais. No entanto, nos termos atuais, o único fator de distribuição dos gastos é o critério populacional.



Projeto de Tasso Jereissati vai agora ao exame do Plenário do Senado

Outra mudança incide sobre o artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fixando o critério de 80% da renda *per capita* nacional e garantindo a distribuição dos recursos até que se chegue ao patamar previsto.

Remuneração para os membros do CNMP

A remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) deverá corresponder a um subsídio mensal equivalente ao recebido pelo subprocurador-geral da República, como previsto em projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A matéria (PLC 179/08)

determina, no entanto, que os conselheiros com vínculo funcional com a administração pública só receberão a diferença, a menor, entre a remuneração paga por seu órgão ou entidade pública de origem e o subsídio fixado.

O projeto, de autoria da Procuradoria Geral da República, havia sido acolhido pela Câmara. Agora, o texto vai a exame final em Plenário. No relatório, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) disse que a inexistência de norma regulando o tema prejudicou os atuais conselheiros, que estão para encerrar mandato de dois anos sem receber nenhuma contribuição.

Autonomia do BC

Na reunião de ontem, o



Ao lado de Epitácio Cafeteira, Marco Maciel (E) preside reunião da Comissão de Justiça

Marco Maciel (DEM-PE), anunciou que o debate sobre a autonomia do Banco Central, marcado inicialmente para hoje, será transferido para nova data. Ele comunicou aos integrantes do colegiado que quatro dos cinco convidados – entre os quais o presidente do BC, Henrique Meirelles – não poderiam comparecer na data agendada.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) aproveitou para informar que recebeu a confirmação de Meirelles de que estará à disposição do Senado em 16 de dezembro, quando, então, deverá ser realizada uma rodada de debates. Na reunião, ficou acertada uma audiência extra, provavelmente uma semana antes, já que a comissão aprovou requerimento de Aloizio Mercadante (PT-SP) para inclusão de mais dois expositores: Paulo Nogueira Batista e Luiz Gonzaga Belluzzo. As audiências destinam-se a instruir o exame de dois projetos de Arthur Virgílio (PSDB-AM).



Renato Linhares de Assis, Fábio Ramos, Maria Beatriz Martins Costa, Joe Carlo Viana Valle, Neuto de Conto, Rogério Dias, José Alexandre Ribeiro e Fernando Augusto de Souza durante debate na CRA

Faltam técnicos para ampliar produção orgânica, dizem especialistas

A falta de técnicos qualificados para a orientação aos agricultores e a pouca informação dos consumidores dificultam a ampliação do mercado de alimentos orgânicos. A constatação é de especialistas que participaram ontem de audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Na coordenação do debate, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da CRA, afirmou que o país deveria aproveitar seu potencial turístico para ampliar a oferta de alimentos orgânicos nos hotéis. Já o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu uma melhor fiscalização de produtos da agricultura con-

vençional, especialmente de frutas e verduras.

De acordo com Rogério Dias, diretor do Departamento de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, faltam técnicos preparados para levar orientações adequadas aos agricultores.

Joe Carlo Viana Valle, produtor do Distrito Federal, consi-

derou equivocada a visão de que a produção orgânica só pode ser feita em pequena escala, voltada a nichos de mercado.

Renato Linhares de Assis, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Agrobiologia, defendeu a formação adequada de técnicos para orientar os agricultores inte-

ressados em fazer a transição para a agroecologia.

Também participaram do debate Maria Beatriz Martins Costa, da organização não-governamental Planeta Orgânico; José Alexandre Ribeiro, da ONG BrasilBio; Fernando Augusto de Souza, do Centro de Pesquisa Mokiti Okada; e Fábio Ramos, da Agrossuisse.



Neuto de Conto (E) conversa com Raimundo Colombo, autor da proposta

Venda de terra para reforma agrária pode receber estímulo

O governo federal poderá pagar em dinheiro pela compra de terras para fins de reforma agrária. O pagamento à vista só poderá ser feito quando a área não atender às hipóteses de desapropriação por interesse social, ou seja, quando se tratar de propriedade produtiva. A medida consta de projeto acolhido ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que terá ainda turno suplementar de votação, para decisão terminativa.

Conforme a legislação, a compra de terras pelo governo tem sido feita por meio de títulos de dívida agrária (TDAs), que são emitidos pelo Tesouro Nacional e podem ter prazo de resgate de até 20 anos. Para o autor do projeto (PLS 482/07), Raimundo Colombo (DEM-SC), os títulos seriam pouco atrativos, desestimulando a venda de propriedades produtivas para reforma agrária. Com a proposi-

ta, Colombo pretende ampliar o mercado de terras voltadas à reforma agrária.

O relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), apresentou substitutivo estabelecendo que a medida somente será adotada quando o imóvel rural estiver situado onde não haja propriedade passível de desapropriação. O relator *ad hoc*, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), acolheu emenda de João Pedro (PT-AM). A possibilidade de pagamento à vista recebeu apoio de Osmar Dias (PDT-PR) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Também foi acolhido voto de Augusto Botelho (PT-RR) pela rejeição do PLS 260/08, que prevê a contratação eventual de empregado. E foi aprovado voto de Rosalba Ciarlini pelo arquivamento dos PLSs 6/05 e 320/03, que tratam sobre o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por cooperativas de crédito.

Comissão aprova política para pesca e aquicultura

Projeto busca conciliar o aproveitamento dos recursos pesqueiros e a preservação de ecossistemas aquáticos. Matéria precisa ainda ser examinada pelo Plenário

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que institui a política pesqueira nacional e regulamenta a aquicultura. A matéria foi acolhida na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que acatou as emendas apresentadas por Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Conforme o relator, a proposta (PLC 29/03) busca conciliar a preservação de ecossistemas aquáticos e o aproveitamento dos recursos pesqueiros. O projeto define, entre outras, as modalidades de pesca artesanal, industrial de médio e grande porte e não-comercial e as formas de embarcação. Dispõe também sobre a construção e a importação de embarcações.

Flexa Ribeiro explica que o texto original, elaborado pelos deputados, visava apenas disciplinar a atividade pesqueira. No Senado, observou o parlamentar, o objetivo inicial do projeto foi expandido, passando também a propor uma política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. A proposição já foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e



Flexa Ribeiro (E) discute proposta com Rosalba Ciarlini, João Pedro e José Nery

Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e segue agora para votação em Plenário.

De acordo com o texto, a regulamentação da política de pesca estabelecerá os regimes de captura, os períodos de paralisação obrigatória da pesca (defeso) e as áreas de reserva, que ficarão interditas para a

atividade.

Na discussão da matéria, o relator destacou os entendimentos feitos para a elaboração do substitutivo e o acolhimento das emendas apresentadas ao texto.

– Tivemos a preocupação de assegurar no texto os direitos tanto dos pescadores artesanais como também dos pescadores industriais – ressaltou Flexa Ribeiro.

ANA apresentará plano para a bacia Araguaia-Tocantins

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou a realização de audiência pública para apresentação, pela Agência Nacional de Águas (ANA), do Plano da Bacia Araguaia-Tocantins. A data ainda não foi marcada.

Será convidado para o debate, entre outras autoridades, o diretor-presidente da ANA, José Machado.

De acordo com o presidente da comissão, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a área tem sido alvo de expansão de atividades de desenvolvimento,

e é necessário identificar os limites de sua sustentabilidade ambiental.

Quintanilha, que participou, juntamente com as senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS), Marina Silva (PT-AC) e Fátima Cleide (PT-RO), do Fórum de Águas das Américas em Foz

do Iguaçu (PR), fez um resumo dos principais pontos discutidos no encontro. Entre os pontos acordados, estão a promoção da inclusão social e da erradicação da pobreza por meio do acesso universal à água potável e ao saneamento básico e do uso produtivo da água.



Quintanilha relata participação no Fórum de Águas das Américas